

The cover features a green horizontal band at the top containing the title 'XELB 4' in white, bold, sans-serif font. Below this band is a photograph of a rock tunnel. The tunnel walls are made of rough, reddish-brown rock. In the center, there is a dark, arched opening that leads into the tunnel. The lighting is dramatic, highlighting the textures of the rock.

# XELB 4

Actas do 1º Encontro de  
Arqueologia do Algarve

Silves - 2003

CIVITVS  
ARENIVS·H·ES  
ARPVRARDI·PI  
ARENI·VXOR·HS  
VLIA·A·MOENIA  
ARENI·F·HS·F

.X

Sobre a Epigrafia Romana do Algarve

José d'Encarnação\*



## Resumo

Apesar de reiteradamente estudada, a epigrafia romana do Algarve pode prestar-se sempre a novas considerações, não só porque os conhecimentos vão crescendo e outras questões se levantam, mas também porque a Epigrafia é ciência que vive da interdisciplinaridade.

Assim, começaremos por reflectir acerca das relações entre epigrafia e paisagem, para nos debruçarmos depois sobre o real significado da presença abundante de antropónimos etimologicamente gregos nas inscrições.

Falaremos do contacto entre a cultura indígena e a cultura trazida pelo colonizador romano. Deter-nos-emos, por fim, na observação de um monumento ímpar, procedente de S. Bartolomeu de Messines: um raro pedestal com dedicatória a Júpiter Ótimo Máximo, cuja estátua de bronze prateado foi colocada, decerto, em importante santuário da região.

## Abstract

Even though Roman epigraphy from the Algarve (Portugal) has been studied repeatedly, it is still open to new considerations. Not only because our knowledge is constantly growing and new questions present themselves, but also because Epigraphy is a science, which is encouraged by interdisciplinary exchange.

In that vain we will begin by studying the relationships between epigraphy and the landscape. Later we will consider the real significance of the names of Greek derivation so abundantly encountered in these inscriptions.

We will treat on the interaction between the indigenous ethnicity and the culture introduced by the Roman colonizers. Finally we will examine a unique monument from S. Bartolomeu de Messines. It consists of a pedestal dedicated to Jupiter Optimus Maximus whose silver-plated bronze statue must have been dedicated at an important sanctuary in the area.

\* Professora Catedrática. Presidente do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Apesar de reiteradamente estudada, a epigrafia romana do Algarve pode prestar-se sempre a novas considerações, não só porque os conhecimentos vão crescendo e outras questões se levantam, mas também porque a Epigrafia é ciência que vive da interdisciplinaridade.

Assim, será interessante, quiçá, começarmos por reflectir acerca das relações entre epigrafia e paisagem, para nos debruçarmos depois sobre o real significado da presença abundante de antropónimos etimologicamente gregos nas inscrições.

Surpreenderemos ainda o fenómeno da aculturação, ou seja, do contacto entre a cultura indígena e a cultura trazida pelo colonizador romano. Deter-nos-emos, por fim, na observação de um monumento impar, procedente de S. Bartolomeu de Messines: um raro pedestal com dedicatória a Júpiter Ótimo Máximo, cuja estátua de bronze prateado foi colocada, decerto, em importante santuário da região.

## EPIGRAFIA E PAISAGEM

Para quem da costa, na zona de Faro ou de Tavira, olhe o interior, um monte se destaca dominante na paisagem: o Cerro de S. Miguel, sito perto de Estoi. Aliás, o Cerro é igualmente bem visível das vertentes da serra e constitui referência maior no suceder de montes até ao mar.

Se a ele subirmos, verificaremos, ademais, que o povoamento primitivo, em torno da vetusta capela, se situa, aconchegado, na dobra do monte, voltado a norte. Orago com estas características tem forçosamente de ser muito antigo e, se bem que não

tenhamos notícia, até ao momento, de nenhuma inscrição romana daí proveniente, não se pode afastar a hipótese de, na reabilitação de uma das casas, venha a topar-se, reaproveitada, a ara a uma divindade — que o cerro, altaneiro e solene, se presta a devoções antigas.

De S. Miguel olhando o oceano, facilmente se compreenderá, por exemplo, o contexto em que é possível enquadrar os eventos benemeritamente promovidos, há dois mil anos atrás, por Ánio Primitivo, ao agradecer à deusa Fortuna a sua elevação ao prestigioso cargo de sêxviro, sacerdote ao serviço do Imperador: o combate de barcas (*barcarum certamen*) referido numa célebre inscrição (IRCP 73) foi certamente realizado em cenário preparado num dos muitos braços de mar em que a ria, então como na actualidade, se dividiria a contento.

Aliás, hoje, que o serpentejar da Via do infante rasgou entranhas e determinou novos ângulos de visão, é que se compreende melhor a localização da *villa* de Milreu e, por analogia, a posição a meia encosta da igreja de S. Romão, no vizinho concelho de S. Brás de Alportel. Também S. Romão é topónimo de remota origem e, mesmo que se não queira aceitar, sem mais, a sugestiva relação de Romão com *Romanus*, o certo é que manda a tradição que por ali se encontraram dois magníficos monumentos funerários (IRCP 64 e 67), ainda que, como sugerem Susana Estrela e Pedro Barros (1999), eles possam ter vindo da vizinha *villa* de Torre de Apra, já no concelho de Loulé. Documentam, pela magnificência da decoração e pela onomástica, a instalação aí de duas notáveis famílias — a *Coecilia* e a *Licinia* — de que, mui verosimilmente, outros membros se destacaram, porque tiveram honras de epígrafes, tanto em *Balsa* como em *Ossanoba*.

Por seu turno, quem da zona do Cabo olhar o interior norte, verificará a dominância de Monchique, monte bem presente no imaginário popular desde tempos imemoriais, a que a presença das termas,

exploradas já ao tempo dos Romanos, como se sabe, confere particular realce. Das Caldas de Monchique proveio um altar (IRCP 56) dedicado, como se impunha, às Águas Sagradas, isto é, ao Génio que presidia à força curativa daquele manancial.

Ou seja, na linha da interdisciplinaridade que se preconizava, o epigrafista não pode deixar de ser atento observador da paisagem, não apenas porque a Arqueologia é irmã gémea da sua disciplina mas também porque o contexto ambiental determina — ou, se se preferir, favorece — o acto de, pela escrita em material duradouro, marcar presença para sempre.

### OS ANTROPÓNIMOS GREGOS

E neste 'marcar presença' um facto se deve preciosamente realçar nos monumentos epigráficos romanos do Algarve: a frequente ocorrência de antropónimos gregos.

Não valerá a pena lançar mão de estatísticas, tão falíveis elas são no contexto histórico e cronológico a que nos reportamos, mas seguramente se poderá afirmar que mais de metade das pessoas mencionadas em inscrições romanas achadas no actual território algarvio ostenta onomástica etimologicamente grega.

Já sabemos que tal não significa necessariamente que estejamos perante gentes oriundas da metade oriental do Império; mas, importa frisá-lo, a onomástica grega denuncia o gosto dos senhores em atribuírem aos seus escravos — depois, libertos — um nome sonante, relacionável com divindades, atributos ou ideias, dando mostras, assim — ou pretendendo dar - de uma cultura letrada acima da média, porque os nomes 'vinham nos livros' e não pertenciam ao falar quotidiano. E se, de um modo geral, a atribuição de um nome não pode, sem mais, ligar-se a características concretas do aspecto físico ou do foro psicológico, porque isso apenas terá 'funcionado' a princípio e pouco a pouco o

significado se desvaneceu (Encarnação, 2000a), não há dúvida que, em relação aos escravos, esse vínculo deve ter sido habitual. Daí que esta abundância de nomes cultos não nos deixe de causar admiração.

Na verdade, é impressionante a quantidade de nomes invulgares encontrados:

— *Trophime*, «a pensionista», para designar certamente quem já serve há muitos anos a família, com dedicação e total estima (Encarnação, 2001).

— *Daphinus*, do grego «dáfninos»: láureo, de louro — quiçá para significar que merece ser laureado, ostentando coroa de louros, a denotar cultura e excelência, para tal destaque merecer.

— *Amimetus*, de «amímetos», o inimitável.

— *Sycecale*, de «psiquê kalê», a de bom aspecto, a de boa índole (Encarnação 1988).

— *Phaius*, de «faiós», o cinzento.

— *Exoce*, de «éxoquê», óptima.

— *Philomusus*, de «filómusos», o que ama as Musas...

Escusado será reafirmar que esta abundância tem realmente a ver com a cosmopolita e intensa actividade marítima que, durante a época romana, na sequência do tráfego anterior, de cabotagem e não só (Mantas 1997), todos os portos algarvios conheceram e muito usufruíram. Quem, por exemplo, olhar Faro (*Ossonoba*) a partir da ria não hesitará um só momento em compreender a razão do mosaico do Oceano em edifício que, na lógica urbanística da cidade romana, terá desempenhado uma função político-económica primacial.

Concomitantemente, anote-se a riqueza decorativa de muitos dos monumentos epigráficos romanos do Algarve. Já tive ocasião de o salientar



Figura 1 : A estela de Arenius

em relação ao 'fenómeno' singular patente nos epitáfios da necrópole da Quinta de Marim (1991); sublinharia agora os que se encontram, por exemplo, em dois outros (IRCP 71 e 72) do Museu de Lagos, pertencentes à colecção de Pedro Júdice, que, por isso, os primeiros editores consideraram passíveis de haverem sido achados no termo de Silves. No primeiro, coroas de louros delicadamente esculpidas em baixo-relevo com rosácea quadripétala ao centro; no segundo, a pátera e o jarro, meticulosamente delineados, ladeados de rosáceas — um primor de ternura familiar, indiciando, desse ponto de vista da

gramática decorativa, uma integração perfeita no mundo estético-simbólico dos Romanos.

E se a esses juntarmos o realismo fiel das representações do arco e da aljava da ara (IRCP 58) — achada, em reaproveitamento, na torre da igreja matriz de S. Clemente (Loulé), dedicada por *Fonteius Philomusus*, um liberto, à divindade honrada no local e que, num gesto voluntariamente ambíguo, apenas quis identificar por meio de siglas, para que cada qual lesse como lhe parecesse melhor, *Diana Silvester* ou *Deus Silvanus* — teremos, além doutros, uma panóplia de elementos decorativos dignos da melhor oficina urbana imperial.

### ACULTURAÇÃO

Acabamos de referir-nos a uma continuidade entre Romanos e as populações que os terão precedido. É que, na verdade, a documentação epigráfica confirma-o sem lugar a dúvidas.

Detenhamo-nos em dois sugestivos exemplos, colhidos da região ocidental, aquela onde, por razões geográficas óbvias, a singularidade terá perdurado mais: a estela de *Arenius* (IRCP 66), encontrada perto de Bensafrim (concelho de Lagos) e a ara a *Diana* (IRCP 57), que, ora no Museu de Lagos, onde detém o nº 2360, pertenceu também à colecção de Pedro Júdice, o qual, segundo o depoimento de José Formosinho, 'recolhia objectos de achados ocasionais', pensando-se que este poderá ter vindo de Silves ou perto, não se conhecendo, por isso, sequer o contexto do achamento quanto mais o seu contexto original na época romana.

No primeiro caso, estamos perante estela singular (Fig. 1), pois que o lapicida aproveitou uma placa lisa, de contornos irregulares, como facilmente se 'moldam', quase naturalmente, no quartzito vermelho regional, e nela paginou com cuidado, mediante a utilização — inclusive com efeitos decorativos — de linhas auxiliares, o texto desejado, que é o epitáfio de uma sepultura colectiva. E, na



verdade, o que primeiro nos salta à vista, é a perfeita adequação do texto ao espaço disponível e, por outro lado, a presença forte das linhas de pauta, a remeterem-nos para o que podemos considerar uma tradição da epigrafia da Idade do Ferro do Sudoeste peninsular. É surpreendente, por exemplo, a semelhança desta estela com uma outra, de xisto (Fig. 2), proveniente de Aljustrel, que fotografei no Museu Nacional de Arqueologia, por ocasião da exposição sobre a Idade do Ferro de que Caetano de Melo Beirão foi um dos principais mentores: quase a mesma forma, em jeito de cunha, para colocação vertical; a evidência das linhas de pauta; o aproveitamento do espaço disponível...

Ou seja, pela sua forma e disposição textual, o epitáfio da família de *Arenius* prende-se umbilicalmente (diríamos) à tradição epigráfica pré-romana regional.

Valerá a pena referir que a onomástica aí patente constitui, por outro lado, um testemunho de simbiose entre os hábitos pré-romanos de identificação e aqueles que os Romanos vieram implantar — ou, dizendo de outra forma, de que os indígenas se quiseram apropriar.

Assim, o primeiro a ser nomeado é *C(aius) Iulius Arenius*. Este modo de identificar, já tipicamente romano, ocorre amiúde nesta área da Lusitânia: denuncia a adopção por parte de um indígena — *Arenius* — dos *tria nomina*, recebendo os dois primeiros da família imperial por excelência, a de Augusto (descendente adoptivo, como se sabe, de *Caius Iulius Caesar*), família em que oficialmente ingressa, *Arenius*, aqui registado pela primeira e única vez com esta grafia, é — segundo os especialistas e apesar da existência de um homónimo entre os gentílios latinos (Abascal, 1994: 285) — antropónimo de raiz pré-romana, e deverá relacionar-se com *Arenus = Arrenus*, este sim outras vezes documentado.

Segue-se-lhe a mulher, *Arbura*, de nome, portanto, etimologicamente pré-romano também.



**Figura 2 :** Uma estela da Idade do Ferro do Sudoeste

Vem mencionada como *Arbura Bolbi Areni uxor*, isto é, Arbura de Bolbo, esposa de Arénio. Bolbo é o pai, com nome só aqui documentado e a cuja raiz se poderá atribuir um significado bem concreto, como aliás frequentemente sucedia: os indígenas, de recente adopção da língua latina, achariam piada às novas designações das coisas do seu quotidiano e aplicavam-nas, sem mais, como nomes próprios. Bolbo é o «bolbo», a cebola; poderia ajustar-se a alguém que fosse... atarracado! A ausência da palavra *filius* — em regra escrita apenas pela inicial — mais nos prende a um ambiente pré-romano: na sua comunidade, de número restrito de membros, esta era a 'Arbura do Bolbo'. E toda a gente a conhecia.

Já a filha do casal detém uma onomástica plenamente latina. Afável no trato e de feições, 'boazinha' logo desde os primeiros tempos, puseram-lhe nome de *Amoena*, «a amena». E — claro — o gentílico, recém-recebido, do pai: *Iulia*.

A fórmula funerária latina, *hic situs est*, 'aqui jaz'; grafada em siglas como é de uso, está, porém, duas vezes nessa sequência e uma com *est* no meio, a denunciar, portanto, alguma hesitação.

Por consequência, um contraste curioso entre a rude simplicidade da estela, a sua onomástica e o desejo de, na mesma sepultura, estarem os três membros da família, sem que se saiba quem o epitáfio colectivo mandou lavar e, de cada um, apenas se diz «aqui jaz». Tal simplicidade, porém, pode apontar no sentido de ter sido a filha que, falecidos os pais, não necessariamente ao mesmo tempo, mas sepultados no mesmo sítio, se preocupou em perpetuar-lhes a



**Figura 3:** A árula à deusa Diana (Museu de Lagos)

memória, aproveitando o ensejo para manifestar a sua vontade de com eles vir a ser sepultada depois. Uma intenção que, afinal, não é de estranhar, pois, embora corrente entre os Romanos, certamente o teria sido também entre os pré-romanos do Sudoeste, uma vez que parece ponto assente que as estelas da Idade do Ferro se prendem preferentemente com contextos funerários mais do que votivos.

A árula, de calcário cretácico, à deusa *Diana* — uma divindade, aliás, que outras homenagens romanas recebeu em terras ora algarvias — detém uma particularidade relevante: é que ostenta, nas faces laterais, uma decoração típica dos monumentos funerários — o jarro e a pátera rudemente delineados (Fig. 3, 4 e 5). Por outro lado, o texto é somente

DIANAE  
SACRVM

com recurso a nexos inusuais.

Ora, texto tão simples, sem dedicante nem fórmula votiva, onde se colocaria? No *lararium* familiar, decerto — que as exíguas dimensões (39 cm de altura por 18 de largura e de espessura) outra função não permitiriam. A pátera e o jarro, objectos de culto, predominantemente do culto dos mortos, ligados ao ritual da purificação do cadáver antes da cremação, simbolizariam duas vontades: a de



**Figura 4:** Decoração lateral (jarro) da árula anterior

**Figura 5:** Decoração lateral (pátera) da árula anterior



honrar antepassados (esse, o espírito primordial do *lararium*) e a de, por simbiótica consagração, solicitar protecção a uma divindade que, se bem que romana, da caça e dos bosques, facilmente se acomodaria a uma população que, ancestralmente, à terra iria buscar as fontes da sua subsistência diária — e uma prece lhe seria dirigida pela manhã, antes de partir, e ao sol posto, aquando do regressar da labuta.

### UM MONUMENTO ÍMPAR

No entanto, também as raízes romanas de Silves devem ser, digamos assim, revisitadas. É que o pedestal de que apenas vagamente se sabe que proveio de S. Bartolomeu de Messines (IRCP 60) merece uma atenção particular.

Temos a certeza de que se trata de um pedestal (Fig. 6 a 9):

— pelas dimensões: 89 x 59 x 59;

— pela cavidade quadrangular com ressalto que ostenta a meio da parte superior, face que, aliás, tem moldura a toda a volta para facilitar o encaixe da estátua;

— pelo texto, em que expressamente se menciona o peso, em libras, de prata, que teria a estátua ali colocada.

Detém o monumento funções simultaneamente funerárias e votivas, pois que *Lucius Atilius Atilianus* e sua mulher, *Artullia Severa*, ali o colocaram dedicado à divindade maior dos Romanos — *I(ovi) Ó(ptimo) M(aximo)*, 'a Júpiter Ótimo Máximo' — mas *in memoriam* de seu filho, Lúcio Atilio Máximo Severiano. Era o expediente habitual: a pretexto da homenagem à divindade, para a qual se não requeria autorização especial, pois que de acto devoto se tratava, imortalizava-se, desta forma, em local público um nome de família, a própria família. Uma família que, no caso vertente, deveria ter, no contexto local e não só, pertences

bastantes para se dar à vistosa 'extravagância' (passe o termo) de mandar fundir estátua prateada de Júpiter, numa atitude de ostentação só possível já nos primórdios do século III, data para que a forma de identificação das personagens (o *nomen* em abreviatura, dois *cognomina* no nome do filho) nos permite apontar, uma época em que o Algarve romano deveras terá florescido, como outros índices dão a perceber (Nolen 1997).

Claro que pesou na decisão a dor pelo filho, desaparecido quiçá na flor da mocidade ou quando ainda muito se haveria de esperar dele. Note-se, todavia, que é omitida a idade — porque se quer realçar a pessoa, não se mencionando (para além do *in memoriam*) qualquer tópico que possa levar a uma relação imediata com a morte, com um passado irremediavelmente transcorrido. O que interessa para os pais é a presença na comunidade, no lugar de maior afluência dos seus concidadãos. Por isso, primaram inclusive na magnificência decorativa: o campo epigráfico tem moldura de folhas de acanto primorosamente cinzeladas; na face lateral esquerda, em baixo-relevo, uma bonita pátera sem cabo; à direita, uma coroa de flores com rosácea na parte superior e duas fitas cruzando-se sobre ela — como se, por baixo, estivessem as cinzas do defunto e assim se lhe prestasse eterna homenagem...

Prende-se este facto com a necessidade imperiosa de investigar qual a procedência mais ou menos exacta que se poderá atribuir ao monumento, que pertenceu, como se sabe, à colecção do bispo Frei Manuel do Cenáculo e que, por isso mesmo, integra oficialmente o acervo epigráfico do Museu Regional de Évora (n.º 1713), embora esteja cedida desde 1990 ao Museu Municipal de Silves. Como observei nas considerações que, nas IRCP, fiz a esse propósito, era muito importante — e retomo aqui a ideia por onde comecei — relacionar esta epígrafe com a paisagem: onde, no termo de S. Bartolomeu, haverá sítio dominante para, em tempos romanos, se erguer um santuário de tamanha importância regional e, porventura, de toda a Lusitânia meridional, numa



Figura 6 : O pedestal a Júpiter, de S. Bartolomeu de Messines



Figura 7 : A face superior do pedestal



Figura 8 : A decoração (pátera) desse pedestal



Figura 9 : A coroa esculpida na face lateral direita

época em que para ali se poderão ter deslocado os principais eixos da economia ocidental?

Em conclusão: o pedestal de S. Bartolomeu assume-se, neste momento, como símbolo a nortear pesquisas. É verdade que Silves deteve, em época muçulmana, poderio sobejamente documentado e (apenas esse) investigado; mas nada, nesse domínio como noutros, surge por mero acaso: a importância estratégica da localização de Silves romana funcionou, necessariamente, como fulcral pólo económico e cultural. Um pólo que perdurou durante todo o Alto Império e avançou, sem sobressalto, mesmo em época dita de crise generalizada.

Constituindo o mais meridional testemunho peninsular do culto a Júpiter Ótimo Máximo, implica doravante uma atenção redobrada: haverá sinais na paisagem, haverá por esses muros muitas pedras romanas com letras.

Um pouco de tacto e muita atenção, portanto, no desfazer de casas e no escafelar de vetustas paredes - porque, não haja dúvidas, o que foi considerado impossível acontece! E temos a certeza dessa Silves romana com muita descoberta por fazer.

## Bibliografia

- > Abascal Palazón, J. M. (1994) - *Los Nombres Personales en las Inscripciones Latinas de Hispania*. Múrcia.
- > Correia, V. H. (1996) - *A Epigrafia da Idade do Ferro do Sudoeste da Península Ibérica*. Porto.
- > Encarnação, J. d' (1984) - ver IRCP.
- > Encarnação, J. d' (1985) - «Reflexões sobre a epigrafia romana de Ossónoba», in *Anais do Município de Faro*, Faro, 15, p. 125-132.
- > Encarnação, J. d' (1987) - «A população romana do litoral algarvio», in *Anais do Município de Faro*, Faro, 17, p. 57-75.
- > Encarnação, J. d' (1988) - «Ara funerária de Tavira», in *Ficheiro Epigráfico*, Coimbra, 29, nº 133.
- > Encarnação, J. d' (1991) - «A necrópole romana da Quinta de Marim (Olhão): a onomástica enquanto índice sociocultural», in *Anais do Município de Faro*, Faro, 21, p. 229-241.
- > Encarnação, J. d' (1997) - «O sagrado e a sacralização dos espaços: ritos, mitos e a memória da morte». In *Noventa Séculos entre a Serra e o Mar*. IPPAR. Lisboa, p. 414-427.
- > Encarnação, J. d' (2000) - «Balsa intrigante e esplendorosa», in *Stilus* (Revista de Cultura Regional), Faro, nº 2, Jan/Jun 2000, p. 105-110.
- > Encarnação, J. d' (2000a) - «A epígrafe latina como elemento didáctico (VIII)», in *Boletim de Estudos Clássicos*, Coimbra, 33, (Dezº 2000), p. 67-70.
- > Encarnação, J. d' (2001) - «A história de uma escrava romana», in *Al-ulya*, Loulé, 8, p. 23-33.
- > Estrela, S. e Barros, P. (1999) - O Levantamento Arqueológico do Concelho de S. Brás de Alportel. Relatório de Progresso 1999 (inédito, arquivo da C. M. S. B. A.).
- > IRCP = Encarnação, J. d' (1984) - *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis (Subsídios para o Estudo da Romanização)*. Coimbra.
- > Lancha, J. (1985) - «O mosaico "Oceano" descoberto em Faro (Algarve)», in *Anais do Município de Faro*, Faro, 15, p. 111-124. [Tradução do texto publicado in *Conimbriga*, Coimbra, 24, p. 151-175].
- > Mantas, V. G. (1997) - «As civitates: esboço de geografia política e económica do Algarve romano». In *Noventa Séculos entre a Serra e o Mar*. IPPAR. Lisboa, p. 283-310.
- > Nolen, J. U. S. (1997) - «Balsa, uma cidade romana no litoral algarvio». In *Noventa Séculos entre a Serra e o Mar*. IPPAR. Lisboa, p. 327-342.





Museu Municipal de Arqueologia  
Câmara Municipal de Silves